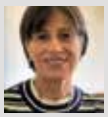
A QUALIDADE PELA QUANTIDADE: DESAFIO DAS EXPORTAÇÕES



DANIEL FURLAN AMARAL
Economista-chefe da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)



FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI
Consultora técnica da ABIOVE

COM A capacidade produtiva consolidada, a agricultura brasileira entra de forma definitiva na fase de atenção crescente nas vantagens comparativas dos produtos. Cada vez mais complexas e rigorosas, as exigências envolvem controlar a origem, acompanhar a rastreabilidade, monitorar a presença de contaminantes e resíduos químicos, verificar a ausência de grãos ou sementes de outras espécies, entre outras.

Para cumprir essas tarefas, faz-se necessária uma atuação internacional coordenada com a participação dos setores público – representado pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e das Relações Exteriores (MRE) – e privado. A ampliação dos destinos das exportações requer uma visão compartilhada da realidade dos agronegócios doméstico e internacional. São aspectos essenciais alinhados a fiscalização, legislação, diálogo, negociação e promoção comercial.

As demandas internacionais evoluem de maneira contínua. As renovadas evidências científicas materializam-se em atos normativos discutidos no Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT, na sigla em inglês) e no Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, também em inglês), da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesse ambiente, as regulamentações são notificadas para conhecimento e questionamento dos países-membros.

A atuação decisiva nesses fóruns não encerra o histórico debate quanto ao entendimento das medidas restritivas impostas ao comércio internacional, como necessidades técnicas, barreiras comerciais ou práticas protecionistas distorcivas. Essas discussões continuarão e, muito possivelmente, serão intensificadas com a expansão comercial externa dos produtos brasileiros.

PARCERIA DO SETOR PRIVADO COM O GOVERNO FEDERAL

A atuação conjunta do setor produtivo brasileiro em parceria com o governo federal tem surtido efeitos positivos. É o caso dos protocolos sanitários e fitossanitários para o farelo de soja e o milho assinados entre o Brasil e a República Popular da China. Esse exemplo resume três importantes etapas de ação interligadas:

- Diálogo iniciado em 2019, quando as partes privadas brasileiras e o MAPA se organizaram para receber as autoridades chinesas. Foram programadas visitas a silos, armazéns e fábricas em diversas regiões brasileiras, com a verificação *in loco* da aplicação dos rígidos controles sanitários e fitossanitários, com certificações internacionais. Os resultados dessa iniciativa permitiram o reconhecimento dos controles utilizados para assegurar a qualidade dos produtos exportados.

- Negociação importante sobre os termos dos textos legais a serem implementados. O bom entendimento da etapa anterior e do desenho cuidadoso da avaliação das responsabilidades possibilitou a assinatura dos documentos oficiais em julho último.

- Montagem em curso do cadastro das empresas, das fábricas e dos terminais de exportação dos produtos para a China. A estreita relação de confiança entre as competentes autoridades sino-brasileiras favoreceu a celeridade dos ritos processuais para viabilizar o embarque, em curto prazo, do carregamento desses produtos.

CAMINHOS A SEGUIR NOS MERCADOS INTERNACIONAIS

- Monitorar e questionar permanentemente os órgãos pertinentes;
- Ampliar e fortalecer os controles internos;
- Aprimorar mecanismos de transparência e comunicação.

Frente à necessidade de se desenvolver mecanismos de prevenção, mitigação e rastreabilidade de pragas quarentenárias para a soja destinada à China, o trabalho coordenado pelo MAPA gerou um resultado inédito. A cadeia produtiva, de forma integrada, elaborou protocolos em parceria com especialistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Com isso, foram montados os controles de prevenção na etapa agrícola, bem como procedimentos para aplicação na recepção, na armazenagem e na expedição para exportação de soja e milho.

Não é uma tarefa simples. As pragas quarentenárias são definidas como de importância econômica potencial para determinada área em perigo e ainda não presentes ou, se presentes, não amplamente distribuídas e controladas oficialmente. Por isso, cada país ou bloco comercial publica as listas de pragas quarentenárias em suas legislações, e as pragas listadas devem ser evitadas no ponto de embarque, sob risco de sua identificação no destino resultar no rechaço das cargas sob suspeita.

Portanto, a implementação de protocolos em todas as três etapas ajudará a reduzir os custos e ampliará a segurança dos bens agrícolas brasileiros.

DEFINIÇÃO DO PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO DA SOJA

Finalmente, cabe mencionar o processo de revisão da Instrução Normativa (IN) nº 11/07 do MAPA, o que definirá o novo padrão oficial de classificação da soja. O atual normativo tem se prestado a pelo menos duas importantes funções:

- Garantir que a soja importada pelo Brasil siga padrões adequados de qualidade;
- Ser uma referência, visto que não é de aplicação obrigatória em operações comerciais para industrialização ou exportação no que se refere aos contratos privados.

A repercussão dessa revisão, conduzida em conformidade com a Portaria nº 532/22 da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA), mostra a importância de não apenas se preservarem os pontos fortes do normativo em vigência, como de aperfeiçoá-lo a fim de que o Brasil avance ainda mais na liderança mundial da soja.

A exportação de produto *in natura*, farelo, óleo refinado, biocombustível e proteína animal nutre essa expectativa. Todos esses agentes estão certos de que as mudanças a serem implementadas atenderam os mais rigorosos consensos da comunidade científica, para o bem das suas competitividades de longo prazo.

Os clientes e os concorrentes internacionais aguardam a sinalização que o MAPA transmitirá sobre o padrão oficial e a qualidade almejada para a soja brasileira. Essa etapa é tão desafiadora quanto a anterior.

Preservar as conquistas e ampliá-las requer domínio das regras internacionais, disposição para implementar controles internos adequados e habilidades para negociação com clientes e concorrentes. Isso tudo passa, também, por importantes investimentos públicos e privados em capacitação de equipes capazes de executar as tarefas de forma rápida e eficaz. O mundo está atento a esses próximos passos! ■



SHUTTERSTOCK